



TERMO DE REFERÊNCIA

MENOR PREÇO

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, DA INFRAESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM, DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO BOACICA E ITIÚBA, LOCALIZADOS NOS MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA, PENEDO E PORTO REAL DO COLÉGIO, NO ESTADO ALAGOAS.

Novembro/2023



ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3. FORMA DE REAL., MODO DE DISPUTA, CRIT. DE JULGAMENTO E REG. DE EXECUÇÃO.....	5
4. LOCALIZAÇÃO E ACESSO AOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO	5
5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	5
6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	6
7. DA CLASSIFICAÇÃO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:	7
8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	8
9. VISITA AOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	8
10. PROPOSTA	9
11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	10
12. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11
13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	12
14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	13
15. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	18
16. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	19
17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	19
18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA	22
19. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	22
20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	22
21. DAS MULTAS	24
22. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO	26
23. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	30
24. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	31
25. MATRIZ DE RISCO	31
26. GARANTIA DE EXCUÇÃO	32
27. CONDIÇÕES GERAIS	33
28. ANEXOS	33



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Execução dos serviços dos serviços técnicos de operação e manutenção, da infraestrutura de irrigação de uso comum, dos Perímetros Públicos de Irrigação Boacica e Itiúba, localizados nos municípios de Igreja Nova, Penedo e Porto Real do Colégio, no estado de Alagoas.

1.2. CÓDIGO SIASG – CATSER:

- 25003 - Administração de Infraestrutura de Perímetro Irrigado

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES:

2.1. Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

- **ÁREA DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO - AI** – Unidade da administração superior da Codevasf, responsável pela definição de diretrizes para a gestão integrada e transferência dos projetos de irrigação, dos modelos de ocupação e gestão fundiária, da gestão das informações dos projetos de irrigação, do acompanhamento e controle da implantação do modelo produtivo e da consolidação dos projetos de irrigação e drenagem em andamento na Empresa e da gestão dos resultados gerados pelos empreendimentos de irrigação. É responsável pela fiscalização e a coordenação dos serviços objetos deste Termo de Referência.

- **CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

- **CATSER** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

- **CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

- **CONTA-DEPÓSITO VINCULADA BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO** - é um instrumento de gestão e gerenciamento de riscos para as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, que visa garantir a existência de saldo financeiro para fazer frente aos encargos trabalhistas devidos aos empregados envolvidos na prestação do serviço.

- **CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

- **CONTRATO** – Documento, subscrito pela Codevasf e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

- **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

- **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.



- **DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, Especificações Técnicas, Matriz de Riscos, Proposta Financeira da Executante, Cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.
- **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Documento no qual se fixam todas as regras e condições que se deve seguir para a execução da obra ou serviço de engenharia, caracterizando individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, os critérios para a sua medição.
- **FISCALIZAÇÃO** – Equipe da Codevasf atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.
- **INFRAESTRUTURA DE USO COMUM** - conjunto de estruturas e equipamentos de captação, adução, armazenamento, distribuição ou drenagem de água, diques, estradas, redes de distribuição de energia elétrica e instalações para o gerenciamento e administração do projeto de irrigação;
- **LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.
- **MATRIZ DE RISCOS:** cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- **OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (O&M)** - É o conjunto de atividades que compreende a programação, controle, distribuição, execução dos serviços de operação e manutenção da infraestrutura e dos equipamentos eletromecânicos, visando o regular atendimento da demanda hídrica dos usuários de Projetos de Irrigação.
- **PERÍMETRO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO** – É o sistema planejado e implantado, por um ente governamental, para o suprimento ou a drenagem de água em empreendimento de agricultura irrigada, de modo programado, em quantidade e qualidade, podendo ser composto por estruturas e equipamentos de uso individual ou coletivo de captação, adução, armazenamento, distribuição e aplicação de água;
- **PROPOSTA FINANCEIRA** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.
- **RELATÓRIO FINAL** – Documento a ser apresentado ao término do contrato relatando os principais serviços executados, com apresentação dos custos, estratificados por ano contratual, no decorrer da vigência do instrumento.
- **RELATÓRIO GERENCIAL** – Documento a ser emitido mensalmente pela Contratada, de acordo com modelo proposto pela Codevasf, contendo todas informações técnicas sobre o andamento dos serviços, conforme previsto nas Especificações Técnicas constantes do Anexo III deste TR.
- **REUNIÃO DE PARTIDA** – Reunião com as partes envolvidas, Contratada, Codevasf e Distritos de Irrigação, onde se define todos os detalhes do Plano de Trabalho e dá-se a partida na execução da dos serviços e fornecimentos contratados.
- **SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.



- **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

- **TERMO DE REFERÊNCIA (TR)** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Forma de Realização: **Pregão Eletrônico**.

3.2. Modo de Disputa: **ABERTO**, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.4. Critério de Julgamento: **Menor Preço**.

3.2. Regime de Execução: **Empreitada por Preço Unitário**.

4. LOCALIZAÇÃO E ACESSO AOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO:

4.1. O **PPI Boacica** está localizado na zona rural dos Municípios de Penedo e Igreja Nova a, aproximadamente 160 km da capital Maceió, no Estado de Alagoas. O acesso ao Projeto é feito por estradas vicinais sem pavimentação, com cerca de 15 km de extensão, partindo do km 06 da rodovia AL-102 no município de Penedo/AL.

4.2. O **PPI Itiúba** está localizado no Município de Porto Real do Colégio, no estado de Alagoas, o acesso ao Projeto é feito no km 01 da Rodovia BR- 101, próximo à ponte sobre o rio São Francisco que interliga os estados de Alagoas e Sergipe, a aproximadamente 180 km da capital Maceió.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 O objeto deste TR é a prestação dos serviços de operação e manutenção das infraestruturas de uso comum dos Perímetros Públicos de Irrigação de Boacica e Itiúba, no Estado de Alagoas, na área de atuação da 5ª Superintendência Regional da Codevasf, que consiste no planejamento, na coordenação, na supervisão e na disponibilização de:

- Equipe para operar as estações de bombeamento de irrigação e drenagem dos PPIs, em turnos de revezamento de trabalho de 12x36, tanto no período diurno quanto noturno.
- Equipe para operar as comportas dos canais de irrigação e dos drenos coletores dos PPIs, em turnos de revezamento de trabalho de 12x36, no período diurno.
- Equipe para realizar a manutenção eletromecânica em equipamentos e instalações das estações de bombeamento, comportas e tubulações hidráulicas, redes de distribuição de energia elétrica e subestações dos PPIs, em turno diurno diário.
- Equipe para operar as patrulhas mecanizadas (escavadeira hidráulica, motoniveladora, retroescavadeiras e caçambas basculantes) e realizar a manutenção, conservação e limpeza das redes viárias, dos diques de proteção, dos canais de irrigação e drenos coletores dos PPIs, em turno diurno diário.
- Equipe para efetuar a gestão e controle do quadro de pessoal, dos estoques, da frota de veículos e dos suprimentos, previstos no escopo serviços de O&M nos PPIs, em turno diurno diário.



- Veículos para o transportar as equipes e atender a logística dos serviços de O&M nos PPIs.
- Materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos, peças de reposição e serviços especializados com suprimento previstos no escopo dos serviços de O&M nos PPIs.

5.2. O detalhamento e quantitativos dos serviços de O&M estão descritos nas Especificações Técnicas (Anexo III) destes Termos de Referência.

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Perímetros Públicos de Irrigação de Interesse Social: A partir do início da década de 1970 a Codevasf iniciou a implantação dos Projetos Públicos de Irrigação no Baixo São Francisco, viabilizando o aproveitamento das cinco maiores várzeas dessa região para o assentamento de colonos em pequenos lotes agrícolas familiares de aproximadamente 4,0 ha. Esses projetos caracterizam-se de interesse social pois foram uma compensação aos prejuízos causados à população pela ampliação do parque de geração da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, que à época construiu o imenso reservatório da Usina de Sobradinho e regularizou a vazão do rio a jusante da barragem, impactando negativamente a produção agrícola de áreas densamente povoadas nos estados de Alagoas e Sergipe, onde predominava a rizicultura em regime de vazante, aproveitando-se a variação de cota do rio em seus ciclos de cheia.

Por serem implantados em várzeas esses PPIs apresentam as seguintes singularidades construtivas:

- Terrenos de baixa cota topográfica protegidos por diques de contenção de cheias;
- Sistemas de irrigação compostos por estações de bombeamento elevatórias e canais de irrigação de concreto para aduzir e distribuir água aos lotes agrícolas;
- Irrigação parcelar por inundação para atender a predominante rizicultura; e
- Sistema de drenagem composto por redes de drenos coletores (canais em terra) e grandes estações de bombeamento para drenagem forçada das várzeas.

Além dessas singularidades, os solos são pesados e sujeitos a encharcamento e o clima é temperado com precipitação pluviométrica regular, esses fatores somados produzem um extraordinário custo operacional com a drenagem, bem maior que o custo com a irrigação, situação não encontrada em outros empreendimentos desta natureza. Outra característica desses PPIs é baixa rentabilidade da principal cultura cultivada, o arroz, que é um produto da cesta básica com preço controlado por políticas governamentais, o que limita a capacidade econômica dos irrigantes para o pagamento dos custos de rateio das despesas de Operação e Manutenção da infraestrutura de uso comum (K2).

6.2. Os Perímetros Públicos de Irrigação de Boacica e Itiúba, compreendem uma área irrigável total de mais de 4.000 hectares, com cerca de 996 lotes de produção agrícola familiar, distribuídos nos municípios de Igreja Nova, Penedo e Porto Real do Colégio, no Baixo São Francisco Alagoano, que juntos totalizam uma população de aproximadamente 100.000 habitantes que direta e indiretamente são afetados pela atividade econômica desenvolvida nesses empreendimentos.

6.3. A presente licitação justifica-se pelo princípio do interesse público, tendo em vista que a contratação dos serviços de Operação e Manutenção para os Perímetros Públicos de Irrigação de interesse social de Boacica e Itiúba é imprescindível para continuidade da atividade agrícola desenvolvida nesses empreendimentos, por tratar-se de serviço essencial cuja descontinuidade paralisaria a produção e causaria, além de prejuízo financeiro aos irrigantes, enormes prejuízos econômicos e sociais para a população.

6.4. Trata-se de serviço já contratado pela Codevasf e prestado de forma contínua por terceiros há pelos menos 10 (dez) anos, em razão da Codevasf não mais dispor em seu quadro funcional de recursos humanos suficientes para a realização desses serviços, e pelo fato de seus Distritos de Irrigação, que são associações civis de direito privado sem fins lucrativos, formada



compulsoriamente por todos irrigantes assentados nesses Perímetros, não disporem de arrecadação financeira suficiente (K2) para sustentar essas despesas.

6.5. A deflagração de novo processo licitatório se dá em razão da impossibilidade de se renovar o contrato nº 5.151.00/2018, visto que o mesmo, no dia **14/12/2023**, estará completando 60 (sessenta) meses, atingindo o prazo legal limite para este tipo de contratação.

7. DA CLASSIFICAÇÃO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, os serviços objeto deste TR são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade, para efeito de julgamento das propostas, podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.

7.2. Os serviços também se enquadram nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias ou complementares à área de competência legal do licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

7.3. Os serviços em objeto serão prestados de forma contínua e em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme previsto na IN/MPOG 05/2017.

7.3.1 Como medida de controle interno de risco será adotado a Conta-Vinculada Bloqueada de Movimentação para o provisionamento de valores relativos às Férias, 13º (décimo terceiro) salário e demais Verbas Rescisórias, a serem pagos aos empregados da Contratada envolvidos na prestação dos serviços em objeto.

7.3.2 As orientações básicas sobre a operacionalização da Conta-Vinculada, nos termos IN/MPOG 05/2017, encontram-se descrita no Caderno de Logística da Secretaria de Gestão do ministério do Planejamento.

7.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7.5. Forma de Prestação dos Serviços: A execução do objeto desta licitação consta, basicamente, da prestação de serviços de operação e manutenção de conjuntos eletrobombas das estações de bombeamento, distribuição de água para irrigação e operação de máquinas pesadas dos Projetos Irrigados do Boacica e do Itiúba.

7.6. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as Especificações Técnicas constantes do Anexo III deste TR, que faz parte integrante do mesmo.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

8.1. Poderão participar da licitação, empresas do ramo pertinente e compatível com o objeto desta licitação, de forma individual, e que atendam às exigências do presente neste TR e seus Anexos.

8.1.1. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

8.1.2. As propostas serão aceitas somente para todos os itens do escopo dos serviços e fornecimentos presentes nas Planilhas de Custo e Formação de Preço, constante do Anexo IV deste TR, que compõe o objeto da licitação.

8.1.3 Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.



8.2. Consórcio:

8.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

8.3. Subcontratação:

8.3.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, exclusivamente, para os serviços especializados de manutenção eletromecânica, com anuência prévia da Codevasf.

8.3.2. A licitante deverá demonstrar em sua proposta financeira quais serviços serão subcontratados, podendo um subcontratado fornecer a mais de um concorrente.

8.3.3. A subcontratação não liberará a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

8.4. Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

8.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

8.5. Sociedade Cooperativa:

8.5.1. Não será permitida a participação de licitante sob a forma de Sociedade Cooperativa.

9. VISITA AOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1. A visita aos locais da prestação dos serviços **não será obrigatória**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos perímetros irrigados e suas circunvizinhanças, por intermédio de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

9.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

9.3. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

9.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços, as licitantes deverão contatar a Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação - 5ª GRI da Codevasf – 5ª SR, em Penedo - Alagoas, telefone (82) 3551-9430.

9.5. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo VI deste TR), através dos seus prepostos, e será exigida na fase de habilitação.

10. PROPOSTA:

10.1. A Proposta ofertada pela licitante deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus Anexos constitutivos.

10.2. A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos:

- a) Carta de Apresentação da Proposta (termo da proposta), devidamente assinada pelo representante legal da licitante, contendo o preço global de referência e data da apresentação.



- A Proposta deverá apresentar o valor global em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos nas Planilhas de Custo e Formação de Preço constante do Anexo IV, nelas incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, tributos, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra, veículos, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- b) As Planilhas de Custo e Formação de Preço com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo V deste TR;
 - Junto com a Proposta, as referidas planilhas deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo item;
- c) A licitante melhor classificada deverá apresentar as composições de preços unitários de mão-de-obra, fornecimentos, serviços especializados e veículos em formulários próprios, ofertados por itens e subitens, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.
 - A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - A licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com as Planilhas de Custo e Formação de Preço da Proposta;
 - A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, detalhar os salários e os percentuais acrescidos aos salários, para cobertura de encargos sociais e trabalhistas, despesas indiretas, e outros encargos, bem como os percentuais relativos aos impostos incidentes sobre o valor total orçado, observando os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s);
 - Para veículos, considerar por unidade especificada de fornecimento.

10.3. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.

10.4. Serão considerados preços unitários inexecutáveis aqueles cujos custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e ou à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com a execução dos serviços objeto desta licitação, e que apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais empresas ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.5. Na Proposta apresentada pela licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus Anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos futuramente contratados e executados.

10.6. Não poderão ser considerados no detalhamento das despesas fiscais o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008.



10.7 O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.

10.8. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios acima estabelecidos.

11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

11.1. Qualificação Técnica:

11.1.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), competente da região a que estiver vinculada a licitante, demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto do presente Edital;
- b) DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme subitem 5, informando que tem conhecimento do local onde serão executados os serviços objeto desta licitação, emitida pela própria licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa (as) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – do(s) profissional(is) responsável(is) à época, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executado, que comprovem que a licitante tenha executado serviço(s) relativo(s) à operação e manutenção de Perímetros de Irrigação, ou serviços similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executados com técnicas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, com os seguintes quantitativos mínimos:

ITEM	SERVIÇO	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	Operação e manutenção de infraestrutura de irrigação e drenagem em Perímetros de Irrigação, público ou privado, de complexidade similar, com área irrigável de pelo menos:	1.000 ha
2	Construção, reforma ou operação de canais de irrigação de concreto, em Perímetros de Irrigação, público ou privado, de complexidade similar, com vazão de pelo menos:	1 m³/s
3	Construção, operação ou manutenção eletromecânica de estação de bombeamento em Perímetros Irrigação, público ou privado, de complexidade similar, equipada com bombas hidráulicas de vazão individual de pelo menos:	1,0 m³/s
5	Construção, operação ou manutenção elétrica de Subestação, com potência instalada por transformador, de pelo menos:	500 kVA

- c1) Os quantitativos mínimos exigidos poderão constar de 1 (um) ou mais atestados, ou seja, poderá ser admitido somatório de quantitativos, em atestados distintos, para efeito de comprovação de qualificação técnica.
- c2) Definem-se como serviços de porte e complexidade similares: aqueles que apresentam características técnicas semelhantes às descritas nas Especificações Técnicas, especialmente os de operação e manutenção de estações de bombeamento e infraestruturas hidráulicas de condução e/ou distribuição de água, tais como canais e adutoras.



- d) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço relativo à construção, operação ou manutenção de infraestrutura de irrigação de uso comum em Projetos de Irrigação, públicos ou privados.
- d1) Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- d2) O licitante deverá comprovar, através da juntada de:
- Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;
 - Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;
 - Cópia de contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
 - Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- d3) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;
- d4) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

12. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. A estimativa de custos da prestação dos serviços de O&M em objeto é de **R\$ 4.837.589,27** (quatro milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos), a preços de agosto/2023, conforme apresentado nas Planilhas de Custo e Formação de Preços, que acompanha este documento (Anexos IV) do presente TR, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei das Estatais – Lei 13.303/2016 e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013.

12.2. Estão inclusos no valor acima, os custos indiretos, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e orçamentação dos serviços constam da Planilhas de Custo e Formação de Preços, contidas no Anexo IV, parte integrante deste Termo de Referência.

12.3. Os recursos orçamentários correrão à conta do Programa de Trabalho: 20.607.2217.20EY.0020 – Operação e Manutenção de Projetos Públicos de Interesse Social – Na Região Nordeste;

12.4. No orçamento de referência foram consideradas as seguintes Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL e Encargos Sociais:



Despesas Fiscais ou Tributos (T):	8,65% (ISS: 5,0%; PIS: 0,65% & COFINS: 3,0%)
Custo de Administração ou Indireto (CI):	6,0%
LUCRO ou Remuneração da Empresa (L):	6,79%
CILT:	25,35% = $[(1 + CI) \div (1 - T - L)]$
Encargos Sociais: (Mensalista - Sem Desoneração Alagoas)	70,26% (INSS, FGTS, SESI, etc.)

12.5. Os preços de insumos, materiais e equipamentos, inicialmente, foram coletados das tabelas de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices (SINAPI) – Alagoas e no Sistema de Orçamento de Obras do Estado de Sergipe - ORSE/SE. Para os itens remanescentes, foram consultados fornecedores do ramo no mercado regional e nacional, e também sítios eletrônicos especializados para pesquisa de preços na internet para os itens mais comuns.

12.6. Para os salários dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços de operação e manutenção dos foram consultados os preços do contrato vigente de O&M, com base na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2022/2023 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada do Estado de Alagoas – SINDTICONSPAL, das tabelas de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices (SINAPI) – Alagoas, do Sistema de Orçamento de Obras do Estado de Sergipe - ORSE/SE e do Sistema de Custos de Referência de Obras – (SICRO) – Alagoas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

13.1. Os serviços serão executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

13.1.1. A Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR), em consonância com as diretrizes da IN/MPOG 05/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

13.1.2. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à **mensuração dos serviços efetivamente prestados**, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas.

13.1.3. O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado, anexo indissociável do contrato.

13.1.4. O procedimento de avaliação dos serviços executados será realizado mensalmente pelos fiscais do contrato, com base em pontuações atribuídas a cada item conforme especificações constantes no Anexo III deste TR.



13.1.5. A pontuação máxima será de 100 (cem) pontos.

13.1.6. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa não atingir 40 (quarenta) pontos.

13.1.7. O não atendimento das metas, por ínfima diferença poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

13.1.8. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela Contratante, caso comprovado o caráter excepcional do ocorrido e que o mesmo tenha sido originado por fatores alheios ao controle da Contratada.

13.1.9. A critério da Contratante, a Contratada poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:

13.1.10. Em caso de reincidência de pontuação for inferior a 40 (quarenta) pontos por 3 (três) vezes durante a vigência do contrato ou a cada prorrogação, se houver;

13.1.11. Caso a pontuação for inferior a 40 (quarenta) pontos por 3 (três) meses consecutivos.

14. MODELO DE GESTÃO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

14.1. Da aferição e medição dos serviços:

14.1.1. Os serviços prestados pela Contratada e os materiais fornecidos serão avaliados por meio de 07 (Sete) indicadores de qualidade, que são:

- **Indicador nº 01:** Atendimento dos serviços de manutenção eletromecânica;
- **Indicador nº 02:** Higiene, organização e segurança no ambiente de trabalho;
- **Indicador nº 03:** Atendimento à legislação trabalhista;
- **Indicador nº 04:** Atendimento dos fornecimentos previstos no escopo da contratação;
- **Indicador nº 05:** Disponibilidade da frota de veículos prevista no escopo da contratação;
- **Indicador nº 06:** Operação eficiente das estações de bombeamento, e
- **Indicador nº 07:** Apresentação dos relatórios mensais previstos no escopo da contratação.

14.1.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de avaliação que representará o atendimento aos requisitos do contrato por parte da Contratada. As tabelas a seguir apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo estabelecidos para o contrato.

14.1.3. A pontuação final dos serviços pode resultar em valores de 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço atendido ou não com qualidade e em conformidade com o acordado com a fiscalização do contrato.



Indicador nº 01: Atendimento dos serviços de manutenção eletromecânica.	
Item	Descrição
Finalidade:	Garantir atendimento célere às demandas dos serviços de manutenção.
Meta a cumprir:	Atendimento das demandas por serviço de manutenção eletromecânica no prazo solicitado: - Atendimento de programa de manutenção preventiva e preditiva - Atendimento dos serviços de manutenção corretiva
Instrumento de Medição:	Ordem de Serviço (OS)
Forma de Acompanhamento:	Através do sistema informatizado de gestão de manutenção e controle de Ordens de Serviços
Periodicidade:	Mensal
Mecanismo de Cálculo:	Cada OS será verificada e levantada a quantidade de ocorrências de OS atendidas com tempo de resposta superior ao da solicitação.
Início de Vigência:	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento:	Zero ocorrências = 15 pontos Até 2 ocorrências = 8 pontos Até 4 ocorrências = 5 pontos Até 6 ocorrências = 2 pontos Até 8 ocorrências = 1 ponto A partir de 8 ocorrências – zero pontos
Sanções:	Ver faixas de ajuste de pagamento
Observações:	

Indicador nº 02: Higiene, organização e segurança no ambiente de trabalho.	
Item	Descrição
Finalidade:	Garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores no ambiente de trabalho.
Meta a cumprir:	Evitar acidentes de trabalho na prestação dos serviços de O&M: - Manter os Ambientes de trabalho limpos e organizados; e - Utilização adequada de uniformes, EPIs, ferramental, equipamento por parte dos trabalhadores.
Instrumento de Medição:	Notificações registradas junto ao Preposto da Contratada.
Forma de Acompanhamento:	Inspeções e acompanhamentos dos serviços - Fiscal Técnico do Contrato.
Periodicidade:	Semanal
Mecanismo de Cálculo:	Cada notificação registrada representará uma ocorrência.
Início de Vigência:	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento:	Zero ocorrências = 15 pontos Até 2 ocorrências = 8 pontos Até 4 ocorrências = 5 pontos Até 6 ocorrências = 2 pontos Até 8 ocorrências = 1 ponto A partir de 8 ocorrências – zero pontos
Sanções:	Ver faixas de ajuste de pagamento
Observações:	



Indicador nº 03: Atendimento à legislação trabalhista.	
Item	Descrição
Finalidade:	Adimplência dos pagamentos das remunerações e dos encargos sociais dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.
Meta a cumprir:	Regularidade das obrigações trabalhistas por parte da Contratada: - Pagamento aos trabalhadores dos salários mensais nos prazos legais. - Pagamento aos trabalhadores de 13º e férias nos prazos legais.
Instrumento de Medição:	Documentação: Aviso de Férias, Contracheques, Folha de Pagamento, etc.
Forma de Acompanhamento:	Por amostragem pela Fiscalização Administrativa do Contrato
Periodicidade:	Mensal
Mecanismo de Cálculo:	O número de ocorrências será o produto do número de dias de atraso de atraso (de salário, férias ou 13º), pelo número de empregados afetados.
Início de Vigência:	Data da contratação dos empregados.
Faixas de ajuste no pagamento:	Zero ocorrências = 15 pontos Até 50 ocorrências = 8 pontos Até 100 ocorrências = 5 pontos Até 200 ocorrências = 2 pontos Até 400 ocorrências = 1 ponto A partir de 800 ocorrências – zero pontos
Sanções:	Ver faixas de ajuste de pagamento
Observações:	

Indicador nº 04: Atendimento dos fornecimentos previsto no escopo da contratação	
Item	Descrição
Finalidade:	Garantir atendimento célere às demandas de fornecimento do contrato.
Meta a cumprir:	Atendimento das demandas de fornecimento no prazo solicitado:
Instrumento de Medição:	Ordem de Serviço (OS)
Forma de Acompanhamento:	Através do sistema informatizado de gestão de manutenção e controle de Ordens de Serviços
Periodicidade:	Semanal
Mecanismo de Cálculo:	Cada OF será verificada e levantada a quantidade de ocorrências de OF atendidas com tempo de resposta superior ao da solicitado.
Início de Vigência:	Data da contratação dos empregados.
Faixas de ajuste no pagamento:	Zero ocorrências = 15 pontos Até 2 ocorrências = 8 pontos Até 4 ocorrências = 5 pontos Até 6 ocorrências = 2 pontos Até 8 ocorrências = 1 ponto A partir de 8 ocorrências – zero pontos
Sanções:	Ver faixas de ajuste de pagamento
Observações:	



Indicador nº 05: Disponibilidade da frota de veículos previsto no escopo da contratação	
Item	Descrição
Finalidade:	Garantir o transporte das equipes e a logística dos serviços de O&M.
Meta a cumprir:	Manter toda frota veículos contratada a disposição dos serviços de O&M.
Instrumento de Medição:	Registro de quilometragem, de consumo de combustível e de revisões programadas de toda frota de veículos.
Forma de Acompanhamento:	Acompanhamento dos registros e serviços - Fiscal Técnico do Contrato.
Periodicidade:	Mensal
Mecanismo de Cálculo:	A cada um dia de indisponibilidade de um veículo da frota será considerada uma ocorrência.
Início de Vigência:	Data da contratação dos empregados.
Faixas de ajuste no pagamento:	Zero ocorrências = 15 pontos Até 2 ocorrências = 8 pontos Até 4 ocorrências = 5 pontos Até 6 ocorrências = 2 pontos Até 8 ocorrências = 1 ponto A partir e 8 ocorrências – zero pontos
Sanções:	Ver faixas de ajuste de pagamento
Observações:	

Indicador nº 06: Operação eficiente das estações de bombeamento	
Item	Descrição
Finalidade:	Operar as Estações de Bombeamento dos PPIs prioritariamente no horário reservado: das 21:30 às 06:00 do dia seguinte ; e Não operar no horário de ponta: das 17:00 às 21:00.
Meta a cumprir:	Racionalizar os custos com energia elétrica nos PPIs.
Instrumento de Medição:	Faturas de energia elétrica e medidores de energia das estações.
Forma de Acompanhamento:	Acompanhamento dos registros - Fiscal Técnico do Contrato.
Periodicidade:	Mensal
Mecanismo de Cálculo:	Para cada unidade consumidora operada pela Contratada que registrar consumo (kWh) no horário reservado menor do que no horário não reservado e fora de ponta, será considerada uma ocorrência; e Para cada unidade consumidora operada pela Contratada que registrar qualquer consumo (kWh) no horário de pico , serão consideradas duas ocorrências.
Início de Vigência:	Data da contratação dos empregados.
Faixas de ajuste no pagamento:	Zero ocorrências = 15 pontos Até 2 ocorrências = 8 pontos Até 4 ocorrências = 5 pontos Até 6 ocorrências = 2 pontos Até 8 ocorrências = 1 ponto A partir e 8 ocorrências – zero pontos



Sanções:	Ver faixas de ajuste de pagamento
Observações:	
Indicador nº 07: Apresentação de relatórios mensais	
Item	Descrição
Finalidade:	Registro mensal das atividades desenvolvidas e histórico de ocorrências
Meta a cumprir:	Apresentação dos relatórios mensais previstos no escopo da contratação.
Instrumento de Medição:	Os próprios relatórios.
Forma de Acompanhamento:	Acompanhamento dos registros - Fiscal Técnico do Contrato.
Periodicidade:	Mensal
Mecanismo de Cálculo:	A não apresentação dos relatórios implica em uma ocorrência
Início de Vigência:	Data da contratação dos empregados.
Faixas de ajuste no pagamento:	Zero ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = zero pontos
Sanções:	Ver faixas de ajuste de pagamento
Observações:	

14.2. Faixas para o Ajuste de Pagamento:

14.2.1. As pontuações aplicadas devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas de indicadores acima.

14.2.2. A soma das pontuações obtidas para cada indicador resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, conforme fórmula a seguir:

14.2.2.1. Pontuação total do contrato = Pontos (Indicador nº 1) + Pontos (Indicador nº 2) + Pontos (Indicador nº 3) + Pontos (Indicador nº 4) + Pontos (Indicador nº 5) + Pontos (Indicador nº 6) + Pontos (Indicador nº 7).

14.2.3. Os pagamentos a serem realizados no contrato, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do contrato, conforme tabela e fórmula a seguir:

Faixas de pontuação de ajuste	Pagamento devido	Fator de ajuste a ser aplicado ao contrato
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 *
*Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual		

14.2.4. Valor devido após ajuste = [(Valor mensal previsto) X (Fator de ajuste a ser aplicado ao contrato)];



14.3. Do processo de pagamento:

14.3.1. Os pagamentos dos serviços e fornecimentos serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela Contratada em sua proposta, e contra a apresentação das Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestada pela Fiscalização da Codevasf, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

14.3.2. Nas medições mensais os valores destinados ao pagamento proporcional de férias, décimo terceiro salário e das verbas rescisórias, dos trabalhadores envolvidos na prestação do serviço, serão depositados pela Codevasf em **conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação específica**, aberta em nome da Contratada, com movimentação somente por ordem da Codevasf.

14.3.3. A Codevasf somente pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços unitários integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, com a incidência de reajustamentos, repactuações, atualização financeira ou reequilíbrio econômico-financeiro.

14.3.4. Somente serão pagos os materiais fornecidos, instalados, assentados ou utilizados, mediante atesto da Fiscalização da Codevasf.

14.3.5. Nos preços apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus Anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

14.3.6. A Contratada não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta.

14.3.7. A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, comprovante dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (FGTS) e do ISS do mês anterior.

14.3.8. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos serviços, incluindo:

- a) Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
- b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
- c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
- d) Seguros, alimentação e transporte.

15. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS:

15.1. Repactuação dos preços de mão de obra:

15.1.1. Será permitida a repactuação dos valores de mão de obra do contrato visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, das datas dos orçamentos aos quais a Proposta se referir, e com a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

15.1.2. Será considerado como data do orçamento a que a Proposta se referir a da data do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, ou equivalente, das categorias profissionais envolvidas na contratação.

15.1.3. A Contratada deverá informar na sua proposta a data dos instrumentos, que estipulou o salário vigente à época da apresentação da proposta.



15.1.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipação e de benefícios não previstos originariamente.

15.2. Reajustamento de preços dos serviços e fornecimentos:

15.2.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da Proposta. No caso de o contrato vir a ser aditado para um novo período, os fornecimentos, os serviços especializados de manutenção eletromecânica e os veículos, serão reajustados através da aplicação de Índices de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), conforme a fórmula apresentada a seguir (certificando-se que todos os índices empregados estejam referidos à mesma data base):

$$R = V \times \left[(I_1 - I_0) / I_0 \right]$$

Onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento a ser reajustado;

I₀ = Índice inicial – referente ao mês de apresentação da proposta (IPCA/IBGE);

I₁ = Índice final – referente ao mês de aniversário da proposta (IPCA/IBGE).

16. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

16.1. O prazo de execução dos serviços objeto deste TR é de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, e poderá ser prorrogado por sucessivos períodos após avaliação da qualidade dos serviços prestados, de forma a manter a condição vantajosa para a Administração, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, mediante manifestação expressa das partes e celebração de termo aditivo.

16.2. O prazo de vigência do contrato objeto deste TR, contado a partir da assinatura de seu instrumento, será o prazo de execução acrescido de mais 3 (três) meses para expedição do Termo de Encerramento Físico, perfazendo um total de 15 (quinze meses), com eficácia legal a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último

16.3. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da Contratada, somente será apreciado pela Codevasf se manifestado expressamente, por escrito, até 90 (noventa) dias antes do vencimento do Contrato.

16.4. O documento de que trata o item anterior deverá estar protocolado na Codevasf até a data limite estabelecida para o pedido.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

17.1. A Contratada deverá atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, em seu art. 4º, que estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais. São considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras; e
- h) Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

17.2. Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a Contratada deverá adotar as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
- d) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- e) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - i. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - ii. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - iii. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - iv. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - v. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - vi. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- f) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- g) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

- h) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- i) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - i. Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - ii. Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - iii. Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

17.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

17.4. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como



mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF:

19.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente deste TR;

19.2. Exigir da Contratada o cumprimento integral do contrato;

19.3. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada no decorrer da execução contratual, através de correspondências protocoladas.

19.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do contrato, por meio de servidores devidamente designados;

19.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais falhas no curso da execução dos serviços, determinando as providências necessárias à correção e fixando prazo para saneamento;

19.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado executado pela contratada e estipular prazo para sua retificação;

19.6. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, depositando em **conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação**, as parcelas correspondentes a férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias dos trabalhadores envolvidos na prestação do serviço;

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1. A empresa Contratada deverá apresentar à Codevasf, antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho para o início dos trabalhos, a ser aprovado pela Fiscalização e acordado com os Distritos de Irrigação, contendo a logística de mobilização dos recursos materiais e humanos envolvidos na prestação do serviço e o cronograma inicial dos trabalhos a serem desenvolvidos.
- b) Currículo simplificado do Supervisor dos Serviços de O&M e a relação com o nome, função, formação e experiência de trabalho de todos os colaboradores a serem mobilizados para cumprimento do objeto do contrato;
- c) Garantia de Execução (caução contratual) no montante de 5% do valor do contrato, em espécie, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a critério da Contratada.
- d) Indicação do Preposto da Contratada para representá-la na execução do contrato.

20.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação



regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

20.3. Apresentar-se sempre que solicitada pela Codevasf, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da Contratante onde se desenvolvem os trabalhos, ou excepcionalmente na sua Sede, em Brasília – DF.

20.4. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

20.5. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços.

20.6. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

20.7. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.

20.8. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA.

20.9. Assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

20.10. Conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para a Fiscalização da Codevasf e dos órgãos de controle interno e externo, inclusive fornecendo, sempre que solicitado, documentos que comprovem o cumprimento de obrigações previdenciárias, de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados envolvidos na prestação dos serviços contratados.

20.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.

20.12. Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.

20.13. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.

20.14. Responsabilizar-se perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

20.15. Tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.

20.16. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a Contratada deverá reforçar o instrumento garantia de execução inicial do contrato, de acordo com as cláusulas contratuais que trate sobre o tema (caução ou garantia de execução).



20.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados na prestação dos serviços contratados, no prazo fixado pela Fiscalização, nos casos em que for constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência e nas Especificações Técnicas (Anexo III);

20.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto nas hipóteses previstas no Art. 81 da Lei 13.303/2016.

20.19. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar serviços, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

20.20. Investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

20.21. Atender às seguintes normas complementares durante a execução dos serviços:

- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
- b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança

20.22. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual de seus trabalhadores envolvidos na prestação do serviço, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome da Contratada, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

21. DAS MULTAS

21.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da Contratada, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

21.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da Contratada, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

21.3. Nos casos de atrasos na execução de serviços e fornecimentos previstas no instrumento convocatório e no contrato, por conta exclusiva da Contratada, será aplicada multa de mora conforme os graus de penalidades estabelecidos nas tabelas 1 e 2.



Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 50,00 (cem reais) ao dia, por dia de atraso
2	R\$ 100,00 (cem reais) ao dia, por dia de atraso
3	0,2 % ao dia sobre o valor da medição mensal do contrato
4	1,0 % ao dia sobre o valor da medição mensal do contrato

Tabela 2

	INFRAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Deixar de atender, sem justificativa, Ordens de Serviço ou de Fornecimento emitidas pela Fiscalização do contrato: por ocorrência e por dia.	01
2	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização: por ocorrência e por dia.	
3	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal: por empregado e por dia.	02
4	Retirar empregado do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Codevasf: por empregado e por dia.	
5	Manter funcionário sem qualificação, que não atenda às necessidades do serviço, ou que se comporte de modo inconveniente no ambiente de trabalho, após notificação da Fiscalização ou denuncia: por empregado e por dia.	03
6	Deixar veículo da frota fora de operação por mais de uma semana por falta de manutenção, combustível, licenciamento ou seguros: por ocorrência.	
7	Não sanar, após notificação da Fiscalização ou denuncia, situação que ponha em risco a integridade física de empregados ou terceiros, com consequências letais: por ocorrência e por dia.	04
8	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais: por ocorrência e por dia.	
9	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Fiscalização: por ocorrência e por dia.	

21.1.4. A aplicação de multa não impede que a Codevasf rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas.

21.1.5. A multa aplicada será descontada da garantia de execução (caução) do contrato e se o valor da multa for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Codevasf ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

21.1.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.1.7. A aplicação de qualquer penalidade prevista neste TR seguirá as prescrições normativas estabelecidas no **Procedimento para Aplicação de Sanções ao Contratado**, aprovado pela



Resolução nº 488 de 12/07/2023 da Diretoria Executiva da Codevasf, e assegurará à Contratada o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

22. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

22.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto, a serem executadas pelo Fiscal do Contrato que terá a função de acompanhar/avaliar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, no que se refere à execução do objeto nos moldes contratados. As atividades dividem-se da seguinte forma:

22.1.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros.

22.1.1.1 O Gestor deverá observar o cumprimento do provisionamento (depósito) e da liberação (saque) de valores, a serem realizados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço, conforme o disposto no anexo VII da Instrução Normativa nº 05/2017 – SLTI/MPOG.

22.1.2 **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário.

22.1.2.1. A Fiscalização Técnica avaliará mensalmente o desempenho e a qualidade da execução do objeto contratual e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Item 14, ou outro instrumento substituto, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o ajuste no pagamento mensal, com base nos indicadores previstos, sempre que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

22.1.2.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

22.1.2.3 A Fiscalização Técnica deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços e fornecimentos prestados para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

22.1.2.4 A Fiscalização Técnica deverá apresentar ao Preposto da Contratada, para que este tome ciência dos resultados, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços e seu impacto sobre o valor do pagamento da medição do referido período.

22.1.2.5 A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Fiscalização Técnica, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

22.1.2.6 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

22.1.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

22.1.3.1 Quando do início dos trabalhos, a Fiscalização Administrativa deverá solicitar da Contratada os seguintes documentos:

- a) Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela Contratada; e
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.

22.1.3.2 A Fiscalização Administrativa deverá acompanhar e colecionar informações sobre os empregados terceirizados envolvidos na prestação do serviço e observar se o quantitativo de pessoal, os salários, os adicionais, as gratificações, auxílios e benefícios recebidos, estão compatíveis com as especificações e os quantitativos previstos na contratação.

22.1.3.3 A Fiscalização Administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

22.1.3.4 A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, será feita por amostragem. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos contratos de trabalho.

22.1.3.5 A Fiscalização Administrativa deverá solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados os extratos das contas do INSS e do FGTS. O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), garantindo assim o “efeito surpresa” e o benefício da expectativa do controle.

22.1.3.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.



22.1.3.7 Quando da extinção ou rescisão dos contratos de trabalho, de forma individual ou coletiva ao final da prestação do serviço, a Fiscalização Administrativa solicitará da Contratada os documentos abaixo relacionados, que deverão ser entregues até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato):

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados envolvidos na prestação dos serviços, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados

22.1.4 **Fiscalização Setorial:** é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.

22.1.4.1 Quando a contratação exigir Fiscalização Setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

22.1.5 **Fiscalização pelo Público Usuário:** é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela Contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

22.2 A Fiscalização dos serviços será feita por empregados da Codevasf formalmente designados, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos observando os padrões e as condições estabelecidas no ato convocatório e no contrato, conforme as competências definidas no Manual de Contrato da Codevasf.

22.3. Fica assegurado aos empregados designados pela Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, de fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela Contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

22.4. A Fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato “*in loco*”, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados neste TR.

22.5. Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo Preposto/representante da Contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

22.6. Deverá checar se a Contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.

22.7. Tratar com o Preposto da Contratada e atuar em conformidade com o instrumento contratual, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, a emissão de relatórios ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.

22.8. Acompanhar o cumprimento, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela Contratada.

22.9. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão



do serviço ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as devidas justificativas.

22.10. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.

22.10.1 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, dando conhecimento do fato à unidade orgânica demandante, obrigando-se desde já a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

22.10.2 Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da Contratada, no total ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

22.11. A Fiscalização do contrato terá 05 (cinco) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela Contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.

22.12. Analisar e aprovar os relatórios mensais e final, devolvendo para a Contratada para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à Contratada.

22.13. Notificar a Contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

22.14. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.

22.15. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.

22.16. Receber e encaminhar ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.

22.17. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.

22.18. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.

22.19. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da Contratada.

22.20. Receber as etapas dos serviços ou fornecimentos mediante medições mensais precisas e de acordo com as regras contratuais.

22.21. Informar ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.

22.22. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições ou serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.

22.23. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato,



instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

22.24. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

22.25. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Contratada mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

22.26. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

22.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

22.28. Das decisões da Fiscalização, poderá a licitante vencedora recorrer à Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - AI, responsável pelo acompanhamento do Contrato, em um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista no respectivo item. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a licitante vencedora da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

23. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS:

23.1. Ao final do prazo de execução do contrato, a Contratada solicitará à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias. Para isso a Contratada deverá apresentar junto a sua solicitação a seguinte documentação:

23.1.1 Relatório Mensal (último mês) e Relatório Final consolidado;

23.1.2 Inventário de ferramentas, instrumentos e estoque de materiais remanescentes do contrato;

23.1.3 Vistoria de recebimento da frota de veículos;

23.1.4 Comprovantes de recolhimento dos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais decorrentes do contrato; e

23.1.5 Rescisão contratual dos empregados envolvidos na prestação do serviço.

23.2. Somente será considerada completa a execução do contrato após a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão-de-obra utilizada.

23.3. O recebimento do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

a) Provisoriamente, pela Fiscalização do contrato, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante Termo de Encerramento Físico, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, refazer, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, eventuais vícios, defeitos ou incorreções apontadas pela



Fiscalização ou por servidor ou comissão designada para o recebimento, decorrentes da execução dos serviços ou fornecimentos contratados.

b2) Na hipótese anterior de correções, a Contratada terá um prazo de 30 (trinta) dias para regularização das mesmas.

23.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Edital.

23.5. A Contratada entende e aceita que o pleno cumprimento das obrigações estipuladas neste item é condicionante para que a Codevasf:

- a) Emita o Termo de Encerramento Físico (TEF) do contrato;
- b) Emita o Atestado de Capacidade Técnica dos serviços executados;
- c) Libere a Caução Contratual; e
- d) Libere o saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada.

23.6. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

24. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO:

24.1 A Contratada deverá atender à legislação vigente no tocante à proteção da integridade física e da saúde de seus trabalhadores durante a realização dos serviços em objeto, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977 e Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, e deverá:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PGR e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos pelas NRs.

24.2 Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como de fornecer, obrigatoriamente, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, fiscalizando e exigindo que seus empregados cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física, realizando treinamentos com os quanto à forma adequada de utilização dos equipamentos de acordo com as funções exercidas.

25. MATRIZ DE RISCO:

25.1. A matriz de risco tem por objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

25.2. A Contratada **não** é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na matriz de risco seja alocada para a Codevasf.

25.3. A Contratada **é integral e exclusivamente** responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a Contratada.

25.4. A matriz de risco presente no Anexo II deste Termo de Referência constitui peça integrante do contrato, independentemente de sua transcrição no instrumento.



25.5. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

26. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

26.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitido por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da Contratada.

26.2. A inobservância do prazo para apresentação da garantia acarretará na aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão contratual por descumprimento de suas cláusulas, conforme as condições contratuais.

26.3. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação da 5ª Superintendência Regional da Codevasf em Alagoas.

26.4. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia deverá estar em vigor e com cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do contrato.

26.5. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

26.6. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.

26.7. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão contratual, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

26.8. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

26.9. A ordem de serviço do contrato deverá ser emitida após o recolhimento da garantia contratual.

26.10. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de rescisão contratual, hipótese em que a garantia se reverterá e será apropriada pela Codevasf.

26.11. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas à Contratada;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

27. CONDIÇÕES GERAIS:

27.1. Este Termo de Referência e seus Anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora do certame, independentemente de sua transcrição.

27.2. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da



Codevasf e deverão ser entregues em formato digital e, quando impraticável desta forma, em meio impresso, sendo proibida a reprodução ou divulgação, no todo ou em parte desse acervo, sem prévia autorização da Codevasf.

27.3. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à Fiscalização da Codevasf.

27.4. As Licitantes poderão receber notificações do Edital e seus Anexos, passando tais notificações a integrar os referidos documentos.

27.5. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente nos casos de serviços extras.

27.6. A Minuta de Contrato regulamentará as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato.

27.7. A licitante vencedora será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária e previdenciária, os quais correrão por sua exclusiva conta.

27.8. A Codevasf poderá revogar a licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.

27.9. A Codevasf poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.

28. ANEXOS:

28.1. São documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I: Justificativas
- Anexo II: Matriz de Riscos
- Anexo III: Especificações Técnicas
- Anexo IV: Planilhas de Custo e Formação de Preços;
- Anexo V: Modelo de Planilhas para apresentação da Proposta Financeira;
- Anexo VI: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços
- Anexo VII: Manual de Uso da Marca do Governo Federal (v.1.1 – 2023).

Penedo, AL em 22 de novembro de 2023

Documento assinado eletronicamente

Alexandre dos Santos Lira
Analista de Desenvolvimento Regional
CODEVASF – ALAGOAS